

As Perspectivas de Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Sobre os Cuidadores Protetores

Rosinha Mattos Marzol
Larissa Bonafé
Maria Angela Mattar Yunes

*Universidade Federal de Rio Grande
Rio Grande, RS, Brasil*

RESUMO

O presente artigo apresenta pesquisa realizada em instituições de acolhimento (Inst. A e Inst. B) para crianças e adolescentes em município do interior do RS. A investigação buscou compreender a percepção de crianças e adolescentes institucionalizados acerca de suas relações com cuidadores. Foi considerado o entendimento que crianças e adolescentes têm de cuidado e as características destacadas nos trabalhadores apontadas como relevantes. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e qualitativo. O método utilizado foi a inserção ecológica com observações sistemáticas, diário de campo e entrevistas individuais com crianças e adolescentes. Na Inst. A foi evidenciado o apoio de interação positiva e emocional de cuidadores e valorização do diálogo. Na Inst. B o foco foi o apoio instrumental composto pelo auxílio nas atividades escolares, distribuição de guloseimas e brinquedos. Nas duas instituições as crianças/adolescentes entrevistados fizeram referências à importância de relações horizontais e afetivas com cuidadores percebidos como promotores de desenvolvimento.

Palavras-chave: Interações; crianças institucionalizadas; cuidadores; fatores de proteção.

ABSTRACT

The Perceptions of Children and Adolescents in Shelter Institutions on the Protective Caretakers

This paper presents research conducted at shelter institutions (Inst. A and Inst. B) for children and adolescents in a city of RS. The study aimed to understand the perceptions of children and adolescents on their interactions with their caregivers. It was considered what children and adolescents think over care and what characteristics are perceived and pointed at the caregivers as relevant. It is an exploratory, descriptive and qualitative study. The method was the ecological engagement with systematic observations, field diary and interviews with children and adolescents. In the Inst. A the positive interaction and emotional support was evidenced in the caregivers who valued the dialogue. In the Inst. B the focus was on the instrumental support composed for help at the school activities, distribution of sweets and toys. In both institutions the respondents mentioned the importance of horizontal and affective interactions with caregivers which are perceived to promote development.

Keywords: Interactions; institutionalized children; caretakers; protection factors.

RESUMEN

Las Perspectivas de Niños y Adolescentes en Situación de Acogimiento a Cerca de Cuidadores Protectores

Este trabajo presenta una investigación realizada en instituciones de acogida (Inst. A y Inst. B) para niños y adolescentes en una ciudad del interior de RS. El estudio tuvo como objetivo comprender las perspectivas de niños y adolescentes acogidos a cerca de sus relaciones con cuidadores. Fue considerado el entendimiento de que los niños y adolescentes tienen sobre cuidado y qué características se destacan en los cuidadores como relevantes. Este es un estudio exploratorio, descriptivo y cualitativo. El método utilizado fue el inserción ecológica con la observación sistemática, diarios de campo y entrevistas con niños y adolescentes. En la Inst. A, el apoyo de interacción positiva y emocional fue evidente para los cuidadores que valoran el diálogo. En Inst. B, el objetivo era el apoyo instrumental compuesto por su ayuda en las actividades escolares, distribución de golosinas y juguetes. En ambas instituciones, los niños y adolescentes mencionaron la importancia de las relaciones afectivas y horizontales con los cuidadores que son percibidos como promotores del desarrollo.

Palabras clave: Interacción, niños institucionalizados, cuidadores, factores de protección.

INTRODUÇÃO

Apesar dos programas de assistência psicossocial às famílias possibilitarem a reintegração de muitas crianças e adolescentes acolhidos, é notório que em alguns casos as transformações familiares são demasiado frágeis e não produzem mudanças significativas para o exercício responsável das funções parentais (Garcia, Yunes, Almeida e Rodrigo, 2010). Os programas que objetivam reinserção familiar e social devem ter atenção voltada para que o retorno de crianças e adolescentes ao convívio familiar e comunitário não os exponha aos mesmos riscos que antecederam o acolhimento (Siqueira, Betts e Dell'Aglio, 2006). As constatações quanto às complexidades de promover esse retorno como medida protetiva leva a pensar na necessidade de oferecer contextos estáveis e consonantes com as necessidades físicas, sociais e psicológicas de crianças e adolescentes institucionalizados (Bazon e Biasoli-Alves, 2000). Tal aspecto torna-se particularmente importante em casos daqueles que já se encontram em idades próximas à maioridade e com menores possibilidades de acolhida em famílias substitutas. Entender o dinamismo destes ambientes institucionais e compreendê-los como contextos de desenvolvimento permanece desafiador, pois esbarramos em concepções e crenças sólidas sustentadas por paradigmas que consideram o ambiente familiar como única instituição de promoção de desenvolvimento saudável. Na contramão destas idéias, Barudy e Dantagnan (2007) mencionam as diferenças entre parentalidade biológica e parentalidade social. Para estes autores, quando os pais biológicos não possuem competências para exercer uma prática parental adequada, outros membros da família ou da rede social devem e podem garantir o exercício destas funções. Diversos teóricos enfatizam a importância do cuidado e as possíveis repercussões da qualidade deste cuidado na constituição psíquica da criança (Bowlby, 1990; Spitz, 1965/2000). Tal cuidado pode ser realizado em qualquer território social, por isso, a importância do cuidador nas instituições de acolhimento, bem como de suas práticas educativas, funções e papéis como trabalhadores sociais. Reconhecer o impacto destas interações no desenvolvimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional é de suma importância nos campos de investigações da Psicologia e da Educação.

Este trabalho foi desenvolvido sob a perspectiva teórica e metodológica das Abordagens Ecológica (Bronfenbrenner, 1979/1996) e Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner e Morris, 1998) e buscou identificar as perspectivas das pessoas, no caso, das crianças e adolescentes acerca das suas

interações na instituição de acolhimento por um período de tempo determinado. Foram consideradas as atividades, os objetos e os símbolos (geradores de percepções e crenças) em dois ambientes imediatos (contextos institucionais). O artigo tem por objetivo final propiciar reflexões sobre os processos relacionais entre crianças/adolescentes e cuidadores a partir da análise de características atribuídas pelas crianças e adolescentes aos trabalhadores institucionais e que podem ser potencialmente promotoras de desenvolvimento.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: PROCESSOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

A institucionalização surgiu em meados do século XVII sob a égide da proteção das crianças. Apesar das instituições da época visarem a garantia da sobrevivência das crianças abandonadas, o índice de mortalidade infantil era elevado devido às precárias condições de saúde e higiene às quais as crianças estavam submetidas (Carvalho, Lordelo e Koller, 2002). A educação nestes contextos era voltada para a formação de operários e artesãos do sexo masculino e os serviços domésticos eram mais destinados ao sexo feminino (Rizzini, 2002).

Além disso, há registros históricos de que as crianças eram vendidas para servirem de escravos (Kaminski, 2002). Neste período, as crianças e adolescentes do sexo masculino serviam como mão de obra nas embarcações marítimas e muitas vezes, sua atuação ultrapassava as rotinas de trabalho, pois alguns eram alvos de práticas sexuais dos adultos tripulantes. Vale pensar, que tais atitudes, socialmente aceitas no passado, hoje causam reações de repúdio. Entretanto, não se pode afirmar que na atualidade estas práticas estejam totalmente superadas, pois há altas incidências de crianças que padecem de maus tratos, exploração comercial e sexual ou são submetidas ao trabalho infantil. Outras sofrem negligência em família e outras modalidades de violência infantil e doméstica (Moura e Reichnheim, 2005; Unicef, 2007).

Mudanças no âmbito social e cultural proporcionaram transformações quanto à forma de ver e tratar crianças e adolescentes, o que refletiu diretamente nos ambientes educativos a elas destinados. Em decorrência deste cambio é evidente que alguns posicionamentos sobre a infância institucionalizada tenham sido revisados e modificados. No Brasil, o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) é um resultado e marco fundamental gerador de um movimento nacional de reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Entretanto,

é premente ampliar as discussões para além das leis e regulamentações atuais sobre institucionalização para frisar que as concepções de séculos passados podem ainda estar simbolicamente presentes nas modalidades de atendimento das instituições de acolhida da atualidade.

Assim, questiona-se: Será que os ambientes institucionais e as concepções do passado estão totalmente superados? O que dizer dos contextos institucionais com dirigentes e cuidadores que restringem suas atuações aos aspectos corporais e educacionais-disciplinatórios, com pouca ou nenhuma atenção aos aspectos emocionais e afetivos das crianças e adolescentes que lá se encontram? Muitos profissionais, não só das instituições, mas de toda a rede de atendimento público e social, ainda mostram práticas sociais e concepções fundamentadas por velhos paradigmas e crenças assistencialistas (Yunes, 2010). Assim, o acolhimento fica entendido como um ato de generosidade e filantropia que depende da boa vontade de algumas pessoas isoladas e não é encarado como um direito fundamental da criança e do adolescente conforme estabelecido por lei (ECA, 1990).

Sabe-se que a posição da sociedade frente à infância e adolescência vem se modificando globalmente e que um dos importantes movimentos para isso iniciou-se na década de 80 com os sociólogos da infância (O’Kane, 2005; Sarmiento, 2005). Estes pensadores passaram a questionar qual o lugar da infância na sociedade e detém a responsabilidade das mudanças nas concepções e crenças em investigações sociológicas. Surgiu assim, o compromisso de conduzir investigações “com as crianças” em vez de “sobre as crianças”. Conforme O’Kane (2005) a emergência deste paradigma reflete em parte o afastamento da visão de crianças como recipientes passivos da socialização adulta para um reconhecimento de que as crianças são atores sociais com direitos próprios e, portanto, participantes ativos na construção das suas experiências, das suas vidas e da sociedade.

Na continuidade da análise histórica das instituições de acolhimento institucional, constatam-se várias circunstâncias desfavoráveis ao amparo das crianças/adolescentes, tais como: falta de condições básicas, alto índice de mortalidade, exclusão social e poucas oportunidades de desenvolvimento de competências e habilidades. Isso compunha o cenário de posição de subserviência e o desconhecimento das necessidades subjetivas de crianças e adolescentes. Práticas educativas violentas e desumanas se constituíam na principal forma de intervenção educacional. Tais questões nos remetem às condições de risco detectadas

em algumas atuais instituições de acolhimento (Yunes, Miranda e Cuello, 2004). O conceito de risco vem sendo usado para definir situações que expõem os indivíduos ou grupos de pessoas às adversidades e ameaçam o bem estar e o desenvolvimento psicológico das pessoas (Pesce, Assis, Santos e Oliveira, 2004; Siqueira et al., 2006; Yunes e Szymanski, 2001). O contraponto da situação de risco é a condição de proteção. De acordo com Rutter (1985) “fatores de proteção referem-se às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação” (p. 600). Embora haja indicativos de que atributos individuais facilitam a superação de adversidades, estes se manifestarão como proteção se estiverem interligados a aspectos externos como: cuidados estáveis, qualidade de relacionamento com pares e adultos e a possibilidade de identificação com modelos competentes que se constituem em suporte social (Sapienza e Pedromônico, 2005). Pode-se dizer que tais elementos são propriedades de uma rede de apoio social que, conforme Brito e Koller (1999) é definida como um conjunto de sistemas e pessoas significativas que compõem os elos de relacionamento recebidos e percebidos pelo indivíduo. A partir da necessidade que o indivíduo possui da presença atenta de outras pessoas especialmente quando enfrenta situações de sofrimento pode configurar-se uma rede de suporte protetora (Yunes, 2010).

As pessoas identificadas como apoio são muitas vezes nomeadas pela categoria de “tutores de desenvolvimento” ou “tutores de resiliência” (Cyrułnik, 2004). Definem-se por oportunidades relacionais que podem propiciar sentidos de superação em situações de dificuldade. As consequências favoráveis no desenvolvimento psicológico das pessoas que estavam em situação de vulnerabilidade são as evidências de que as transformações positivas emergiram a partir destas relações. Bronfenbrenner e Morris (1998) evidenciam em sua teoria bioecológica, a importância de alguns elementos das interações para o desenvolvimento do indivíduo, sendo que, tais interações são denominadas pelos autores como processos proximais. Os referidos autores sugerem a presença de cinco aspectos que poderão constituir os processos proximais como “motores de desenvolvimento”: a) que as pessoas estejam engajadas em uma atividade; b) que esta aconteça em uma base relativamente regular através de períodos estendidos de tempo e que sejam; c) progressivamente mais complexas; d) com reciprocidade nas relações interpessoais e, e) que os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato estimulem a atenção, exploração, manipulação e

imaginação da pessoa em desenvolvimento. Em consonância com estas ideias teóricas, poder-se-ia dizer que o cuidador que almeja ser um tutor de desenvolvimento se engajará em interações tais quais as definidas acima por processos proximais. Entretanto, é importante apontar que estas relações proximais devem estar inseridas em redes de apoio social e afetivo, pois estas são fundamentais e possibilitarão as condições para se resolver de forma mais adequada, as situações que individualmente seriam impossíveis (Alexandre e Vieira, 2004).

Sob esta ótica conceitual, esta investigação buscou trazer luz às percepções acerca dos processos relacionais proximais que se estabelecem entre crianças/adolescentes e seus cuidadores nas instituições de acolhimento. Para tanto, procurou-se identificar as características protetivas atribuídas aos cuidadores como potenciais promotores ou tutores de desenvolvimento. Importante entender como se estabelecem as relações nestes ambientes já que as instituições se constituem em um ponto significativo da rede de apoio social e afetiva para crianças e adolescentes que permanecem afastados de sua família biológica ou extensa por tempo indeterminado.

MÉTODOS

A abordagem bioecológica (Bronfenbrenner e Morris, 1998) sugere metodologias específicas de investigação. Este trabalho teve por base a Inserção Ecológica dos pesquisadores nos ambientes a serem pesquisados (Ceconello e Koller, 2004), o que pressupõe um olhar atento e direcionado aos aspectos do Processo, da Pessoa, do Contexto e do Tempo e denominado por Bronfenbrenner e Morris (1998) como modelo PPCT. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo e de delineamento qualitativo.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi realizada em dois abrigos não governamentais de uma cidade de porte médio do Rio Grande do Sul. As instituições pesquisadas (Inst. A e Inst. B) estão localizadas no perímetro urbano e ambas fazem parte da rede de atendimento às crianças e adolescentes. Abrigam em média vinte e sete C/A de ambos os sexos. A média de idade das C/A da Inst. A é 11,54 anos e um desvio padrão de 2,29 e da Inst. B 11,45 anos e um desvio padrão de 2,87.

Participantes

Foram convidados a participar desta investigação onze crianças/adolescentes de cada instituição de

acolhimento perfazendo um total de vinte e dois participantes.

Procedimentos e coleta de dados

A equipe foi composta por 02 (dois) acadêmicos: 01 (um) da Pedagogia e 01 (um) da Psicologia. Estes realizaram observações participantes e sistemáticas nas duas instituições.

Foram seguidos os seguintes passos para realização da investigação:

1. A equipe auxiliar realizou observações durante duas semanas, em diferentes dias e turnos, para a visualização das relações em diferentes momentos da rotina institucional. O diário de campo foi utilizado para o registro de percepções;
2. O pesquisador convidava as crianças e adolescentes para brincarem de repórter. Nesta entrevista eles falaram sobre suas concepções de cuidado e elegeram o cuidador de “destaque”, ou seja, aquele (a) por quem declararam sentir maior proximidade.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise.

Análise dos dados

Os dados foram codificados e categorizados através dos princípios de organização de análise usados pelos precursores da grounded-theory (Strauss e Corbin, 1990) ou teoria fundamentada nos dados (Charmaz, 2009). Esta opção decorreu por tratar-se de um método de análise de dados qualitativo particularmente sensível a contextos e que possibilita compilar e sistematizar as grandes massas de dados qualitativos coletadas em: códigos, subcategorias e categorias. Após esta etapa de codificação, as relações estabelecidas entre as propriedades e dimensões das categorias analíticas possibilitam encontrar um caminho conceitual que auxilia na reflexão crítica sobre a questão em estudo. Neste trabalho foram seguidos os passos da teoria fundamentada ou grounded-theory para possibilitar que os significados das experiências dos participantes emergissem nos dados coletados para análise.

RESULTADOS

A pesquisa contemplou uma parcela da população de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional de diferentes idades e de ambos os sexos, conforme se pode observar na Figura 1.

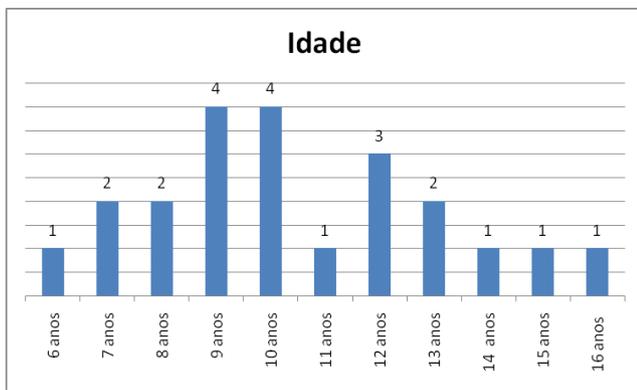


Figura 1. Idades das crianças/adolescentes entrevistados.

Embora o número de entrevistas utilizadas para o trabalho tenha sido de onze crianças e adolescentes em cada instituição, um número maior de crianças foi entrevistado, em razão de a maioria manifestar o desejo de participar da brincadeira de repórter. Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber as diferenças e similitudes entre as posturas e percepções dos entrevistados dos dois abrigos. Na Inst. A, os entrevistados compreendiam as perguntas, sabiam identificar os cuidadores que queriam escolher, bem como justificavam suas opções de forma clara e detalhada. Na Inst. B houve necessidade de reformular várias vezes as perguntas, pois os entrevistados evidenciavam dificuldades para compreendê-las. Após certificar-nos de que os entrevistados da Inst. B haviam compreendido a pergunta, verificou-se que as respostas obtidas eram confusas, com frases curtas e monossilábicas. Estes dados foram considerados no momento da discussão dos dados.

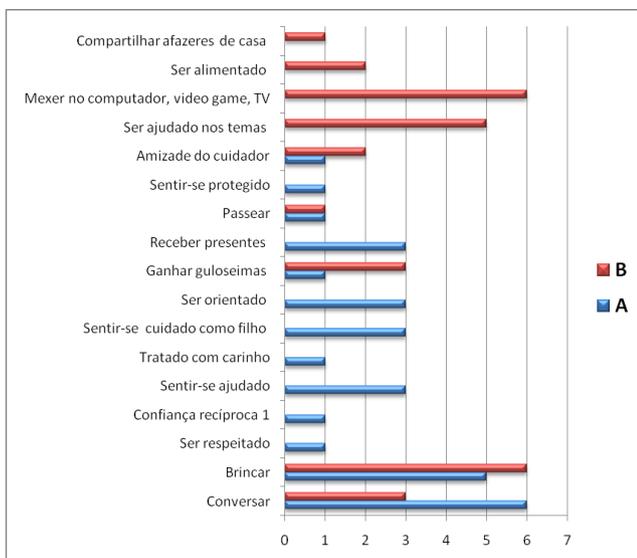


Figura 2. Motivos evidenciados pelas crianças/adolescentes para a escolha do cuidador.

A Figura 2 apresenta os resultados das entrevistas conduzidas com crianças e adolescentes acerca dos motivos atribuídos para escolha do cuidador nas duas instituições separadamente.

Na Instituição A:

Questionados sobre características das interações estabelecidas com um cuidador da instituição e que lhes proporcionava sentimentos positivos, constata-se que na Inst. A, o cuidador que *compartilha brincadeiras* (55%) é o mais frequentemente eleito como figura significativa deste contexto. Importante assinalar que os entrevistados reconhecem a importância de atividades conjuntas prazerosas evidenciando a relevância da dimensão da aceitação e de reciprocidade de afeto nestas relações, “fazê o cabelo dela, quando a gente tá brincando de cabelereiro” (CrA8). Pesce et al., (2004), denominam de *apoio de interação positiva* a realização de atividades em conjunto, tais como: divertir-se, fazer atividades agradáveis e distrair-se com alguém.

Outro dado significativo está relacionado ao fato de que os entrevistados desta instituição consideraram importante *conversar* (86%). Os cuidadores são as pessoas que passam a maior parte do tempo com as crianças e podem observar reações, comportamentos e/ou sinais de angústia, ansiedade e alegria que as crianças e adolescentes manifestam. Portanto, oferecer diferentes formas para estabelecer diálogo sobre tais sentimentos foi valorizado pelos entrevistados da Inst. A. Os dados ressaltam que através do diálogo/da conversa, as crianças e adolescentes experienciam o sentimento de proteção, concretizando a sensação de estar sendo ajudado e orientado: “me ajuda conversando, me mostrando o que é certo, o que é errado” (CrA3). O *apoio emocional* é a denominação eleita por Wills, Blechman e McNamara (1996) para definir a disponibilidade de conversar e dividir problemas que pode resultar em uma relação de confiança. Percebe-se a importância dada pelos entrevistados para serem estimulados a falar de si, evidenciando a necessidade de uma escuta afetiva e continente pelas pessoas encarregadas dos cuidados da população infanto-juvenil institucionalizada: “é a troca de segredo, é bom, não é exatamente só uma troca de segredo, eu gosto quando eu vô ali pra sala dela e ela fica conversando com a gente” (CrA1). Outro dado que sobressai entre os entrevistados da Inst. A é o fato de 18% mencionarem o sentimento de sentirem-se cuidados como filhos. O sentimento de que “sou cuidado como filho” mostra relevância, já que estas crianças e adolescentes em situação de acolhimento estão afastados de suas famílias.

Na Instituição B:

Os entrevistados da Inst. B também evidenciam a importância do “brincar”, porém na dimensão de ter permissão de acesso aos brinquedos. Neste ambiente, os brinquedos são oferecidos pelos cuidadores, e foram observadas poucas manifestações de interações entre as crianças/adolescentes e os cuidadores durante as atividades lúdicas, ou seja, parece haver baixa incidência de processos proximais significativos nestes momentos. Estas constatações foram corroboradas pela equipe de observação. Na Inst. B a importância de quem *permite o acesso ao computador e ao jogo de vídeo-game* se revela na preferência de 27% das crianças e adolescentes pelo cuidador encarregado desta função. Outro dado que emergiu diz respeito à eleição do cuidador que *auxilia nas atividades escolares* (45%). Este dado suscitou reflexões a partir das observações realizadas pela equipe de pesquisa, que constatou que esta atividade é realizada somente com duas crianças/adolescentes de cada vez. Acredita-se que esta escolha na Inst. B se deu pelo fato de ser esta uma oportunidade de ser tratado de forma menos coletiva e mais individualizada na referida instituição. Na realização dessas atividades extracurriculares, talvez as crianças e adolescentes da Inst. B percebam que suas singularidades e subjetividades são contempladas pelo cuidador. Ao que tudo indicou nas observações, o cuidador das atividades escolares em pequenos grupos, conseguia estabelecer relações com mais intimidade e proximidade, o que pareceu evocar sentimentos positivos, causando bem estar aos entrevistados que o destacaram. Os dados obtidos nas entrevistas com as crianças e adolescentes da Inst. B demonstraram mais frequentemente a importância do *apoio instrumental* para a escolha do cuidador mais próximo. Alguns exemplos citados pelas crianças e adolescentes que evidenciaram esta forma de apoio são: cuidadores que oferecem alimentação, doces, ajuda nas atividades escolares e que permitem brincar com computador e vídeo-game. Tais dados estão em consonância com a definição de Wills et al., (1996) para apoio instrumental como a ajuda e assistência oferecida, tais como, transporte, dinheiro, alimentação e auxílio em tarefas escolares.

Cabe refletir que entrevistados da Inst. B mencionaram que não costumam falar quando estão tristes: “quando tô triste eu me escondo” (CrB6) “eu fico quieta” (CrB7). Não expressar a tristeza pode ser uma forma de comportamento que dificulta a superação de problemas. Estratégias evitativas como negação, distração ou “inação” podem ser disfuncionais e refletem uma exposição ao risco. Entretanto,

estratégias de *coping* que ajudam o indivíduo a lidar diretamente com o problema, buscando apoio nos outros, são vistas como saudáveis e funcionais e podem ser consideradas como fatores de proteção dentro do ambiente institucional (Lisboa, 2001).

DISCUSSÃO

Em primeiro lugar deve-se ressaltar a importância de priorizar a escuta, o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes em pesquisas (O’Kane, 2005; Sarmiento, 2005) especialmente quando se trata de investigar segmentos institucionais de acolhimento. Isso possibilita que crianças e adolescentes possam ter suas concepções compreendidas e valorizadas para que haja planejamento adequado de ações político-pedagógicas nestes contextos.

O teor das respostas das crianças e adolescentes pesquisados evidenciou a figura do cuidador como elemento fundamental na rede de apoio social e afetiva, e 90% reconhecem a sua relevância. Além disso, nas duas instituições, a maioria das crianças e adolescentes (91%) se considerou igualmente importante para os cuidadores eleitos por elas. Portanto, a reciprocidade, que se constitui em propriedade importante das relações interpessoais e considerada essencial ao desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1979/1996) parece estar percebida e presente entre crianças/adolescentes e cuidadores dos dois universos relacionais pesquisados. Entende-se que reciprocidade, implica numa disposição interna em coordenar uma atividade com a outra pessoa com a qual há uma relação genuína e sintônica

Já no que se relaciona aos motivos de suas escolhas, as percepções de apoio denotaram diferentes ênfases consonantes com o funcionamento e dinamismo da instituição pesquisada. A menção das crianças e adolescentes de ambas as instituições aos diferentes tipos de apoio (de interação positiva, emocional e instrumental) leva a pensar que, embora estas escolhas pareçam indicar tendências individuais dos entrevistados, estão muitas vezes associadas ao que o ambiente lhes disponibiliza. Com isso se quer dizer que é possível que o apoio instrumental se sobressaia como importante para as crianças e adolescentes numa determinada instituição de acolhimento, na medida em que há menor disponibilidade de apoio emocional e afetivo dos cuidadores. No momento de análise dos dados, foi levantada a hipótese de que a dificuldade apresentada pelos entrevistados na Inst. B em compreender as perguntas e expressar seus posicionamentos e sentimentos, pode estar vinculada à predominância do apoio instrumental nesta instituição

em detrimento ao apoio de interação positiva e emocional. Mais uma vez, estas considerações são feitas com base no modelo bioecológico de Bronfenbrenner e Morris (1998) que permite analisar as variações nos processos de comunicação e os produtos do desenvolvimento enquanto função conjunta das características das pessoas e das forças dos ambientes.

Poder-se-ia dizer que as forças ambientais se configuram a partir da qualidade das interações e das formas de convivência social. No caso de crianças e adolescentes, tais interações são movidas por “outros significativos”, intitulados por alguns autores pela expressão “tutores de desenvolvimento” ou “tutores de resiliência” (Cyrułnik, 2004). Estes são alguns dos termos utilizados para os indivíduos capazes de estabelecer processos proximais significativos e protetores. Por isso, o trabalho com crianças e adolescentes em situações de risco, deve contemplar estratégias específicas para operacionalizar interações protetoras. O aspecto lúdico, por exemplo, além de prazeroso, tem também uma função terapêutica, o que foi evidenciado na voz das crianças de ambas as instituições pesquisadas neste estudo. Em sua análise sobre o impacto dos maus tratos na vida de crianças vitimizadas, os autores Barudy e Dantagnan (2007) enfatizam que as atividades lúdicas possuem a função de regular positivamente os circuitos neurofisiológicos. Além disso, pressupõe-se que tais atividades neutralizam as hierarquias e movimentam a alternância de poderes. Este movimento na relação interpessoal é o que Bronfenbrenner (1979/1996) denomina de equilíbrio de poder e conforme já mencionado, se constitui em uma importante dimensão das interações em prol do desenvolvimento. Bronfenbrenner (1990) afirma que; “o desenvolvimento humano ocorre no contexto de um crescente jogo de ping-pong psicológico entre duas pessoas que são loucas uma pela outra” (p.31). Somente ocorrerá interação protetora ou de desenvolvimento, se os participantes estiverem atentos ou pré-ocupados um com o outro. Para que os indivíduos possam se beneficiar das interações, é importante que essa relação alterne gradativamente em posições, e o indivíduo em desenvolvimento exerça controle sobre as situações tendo como resultado das transações, o sentimento de auto eficácia e auto valoração.

O que se pode considerar dentre os vários aspectos sublinhados pelos entrevistados é que cuidadores que brincam juntos, conversam, ajudam nas tarefas escolares, compartilham atividades da casa, respeitam, protegem dos perigos e orientam, têm destaque como tutores, pois exercem uma forma de parentalidade social no sentido apontado

por Barudy e Dantagnan (2007). O sentimento recíproco de amizade e de sentir-se cuidado vem ao encontro de um princípio que deveria nortear a vida nas instituições, ou seja, é a essência do princípio de acolhimento. Em muitos casos, o estado de privação de cuidado teve início bem antes da chegada da criança no abrigo e, por essa razão, ao serem recebidas numa casa de acolhida, as crianças e adolescentes necessitam sentir-se verdadeiramente protegidas através de afeto, reciprocidade e equilíbrio de poder (Bronfenbrenner 1979/1996). Todavia, é inegável que tal permanência deve ser breve e transitória.

O que se pode concluir das análises acerca dos itens mencionados pelos entrevistados é que as instituições de acolhimento se constituem em locais de proteção tão somente se os cuidadores proporcionarem em primeiro plano, o apoio de interação positiva e emocional associado em segundo plano, ao apoio instrumental. Brincadeiras, relações de amizade, conversas sobre sentimentos e partilha de experiências pessoais proporcionam a contenção afetiva necessária ao desenvolvimento e podem (ou devem) estar atreladas ao oferecimento de apoio instrumental tais como, auxílio às tarefas escolares, alimentação, brinquedos e gulodices. Entretanto, é importante alertar para o perigo de não assemelhar-se às instituições do passado que ofereciam ambientes amplos, com atenção voltada à saúde física e nutricional, acesso a bens materiais, mas eram pouco acolhedoras e pobres em interações sociais significativas. Pode-se considerar que sob a ótica das crianças e adolescentes entrevistados, o que efetivamente constitui um cuidador protetivo em pleno exercício de seu papel de tutor de desenvolvimento são os seus sentimentos abertos e expressos de afetividade, de respeito à história de vida da criança e da família, de empatia por sua condição de acolhimento e de confiança e otimismo diante das suas perspectivas de desenvolvimento futuro, apesar das adversidades. Logo, é possível considerar que, embora as crianças e adolescentes estejam vivenciando situações que não são ideais – por estarem submetidas ao estresse específico dos ambientes institucionais – elas poderão se desenvolver de forma saudável caso estejam inseridas em um espaço relacional responsivo e sensível às suas necessidades afetivas, sociais e emocionais.

Uma das principais contribuições deste trabalho refere-se à apresentação de um cenário institucional oriundo de elaborações das próprias crianças e adolescentes acerca das suas relações com os cuidadores institucionais. Com isso pretende-se colaborar para que a vivência institucional, quando necessária nesta

etapa desenvolvimental, não se configure em mais um risco, mas inversamente possa proteger e fomentar processos de resiliência, fortalecimento e confiança em um futuro digno e promissor, direito fundamental e constitucional de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Alexandre, D. & Vieira, M. (2004). Relação de Apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo, Maringá, 9*(2), 207-217.
- Barudy, J. & Dantagnan, M. (2007). Los Buenos tratos a la infancia. *Parentalidad, apego y resiliencia*, (3ª ed.). Barcelona: Gedisa Editorial.
- Bazon, R. & Biasoli-Alves, M. (2000). A transformação de monitores em educadores: uma questão de desenvolvimento. *Psicologia Reflexão e Crítica, 13*(1), 199-204.
- Bowlby, J. (1990). *Apego e Perda*, (2ª ed.). Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada 1973).
- Brito, R. & Koller, S. (1999). Desenvolvimento Humano e redes de apoio social e afetivo. In A.M. Carvalho (Org.). *O mundo Social da Criança: Natureza e Cultura em ação* (pp. 115-129). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bronfenbrenner, U. (1979/1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (1990). Discovering what families do. In D. Blankenhorn, S. Bayme & J. Elstain (Eds.). *Rebuilding the nest* (pp. 27-39). Wisconsin: Family Service America.
- Bronfenbrenner U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental process. In R.M. Lerner (Org.). *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development*.
- Carvalho A., Lordelo, E. & Koller S. (2002). *Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cecconelo, A. & Koller, S. (2004). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In S.H. Koller (Org.). *A ecologia do desenvolvimento humano. Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 267-291). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: Guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Cyrułnik, B. (2004). *Os patinhos feios*. São Paulo: Martins Fontes.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Lei 8.069.
- Garcia, N.M., Yunes, M.A.M., Almeida, A.M.T. & Rodrigo, M.J. (2010). Reflexões sobre a aplicação de um programa de educação e apoio parental às famílias brasileiras em situação de risco. In *VII Congresso Ibero-americano de Psicologia*. Oviedo.
- Kaminski, A. (2002). *O Conselho tutelar, a criança e o auto infracional: proteção ou punição?* Canoas: Editora Ulbra.
- Lisboa, C.S.M. (2001). *Estratégias de coping e agressividade: um estudo comparativo entre vítimas e não vítimas de violência doméstica*. Dissertação de Mestrado Inédita. Curso de Pós-Graduação em psicologia do desenvolvimento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre RS.
- Moura, A.T.M.S. & Reichenheim, M.E. (2005). Estamos realmente detectando a violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público no Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública, 21*(4), 1124-1133.
- O'kane, C. (2005). O desenvolvimento de técnicas participativas. Facilitando os Pontos de Vista das Crianças acerca de Decisões que as Afetam. In P. Christensen & A. James, *Investigação com Crianças. Perspectivas e Práticas* (pp. 143-169). Porto: Escola Superior de Educação Paula Frassinetti.
- Pesce, R., Assis, S., Santos, N. & Oliveira, R. (2004). Risco e proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*(2), 135-143.
- Rizzini, I. (2002). Pequenos trabalhadores do Brasil. In M. Del Priore (Org.). *Histórias das crianças no Brasil*, (3ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Rutter, M. (1985). Resilience in the face of adversity: protective factors and resistance to psychiatric disorder. *British Journal of Psychiatry, 147*, 589-611.
- Sapienza, G. & Pedromônico, M. (2005). Risco, Proteção e Resiliência no Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. *Psicologia em Estudo, 10*(2), 209-216.
- Sarmiento, M.J. (2005, maio/ago). Gerações e alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância. *Educação & Sociedade, 26*(91), 361-378. Campinas.
- Siqueira, A., Betts M. & Dell'Aglio, D. (2006). A Rede de Apoio Social e Afetivo de Adolescentes Institucionalizados no Sul do Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology, 40*(2), 1-10.
- Spitz, R. (1965/2000). *O primeiro ano de vida*. Trad. E.M.B. Rocha. São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965).
- Strauss, A. & Corbin, J. (1990). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. London: Sage.
- Unicef (2007). Infância e adolescência no Brasil. [Online] <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>.
- Wills, T., Blechman, E. & McNamara, G. (1996). Family support, coping and competence. In M. Hetherington & E. Blechman (Orgs.). *Stress, coping and resiliency in children and families* (pp. 107-133). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Yunes, M.A.M. & Szymanski, H. (2001). Resiliência: Noção, Conceitos afins e Considerações Críticas. In J. Tavares (Org.). *Resiliência e educação* (pp. 13-42). São Paulo: Cortez.
- Yunes, M.A.M., Miranda, A.T. & Cuello, S.E.S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In S. Koller (Org.). *Ecologia e desenvolvimento humano: Pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 193-214). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Yunes, M.A.M. (2010). Panorama conceitual dos discursos sobre resiliência: Implicações para a educação. In B.S. Santos & A.B. Carreno (Orgs.). *A motivação em diferentes cenários* (pp. 173-183). Porto Alegre: EDIPUCRS.

Recebido em: 28.11.2010. Aceito em: 13.04.2012.

Autores:

Rosinha Mattos Marzol – Psicopedagoga, Terapeuta de Família e Casal, Mestre em Educação Ambiental pela FURG.
 Larissa Bonafê – Psicóloga, Bolsista de Iniciação Científica CNPq PIBIC, Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.
 Maria Ângela Mattar Yunes – Professora no Mestrado em Educação no Centro Universitário La Salle, Unilasalle, Canoas, RS; Professora Associada e colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, FURG, Brasil. Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Pesquisadora do CNPq. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua, CEP-RUA/FURG e do Núcleo de Estudos e Atenção às Famílias, NEAF/FURG, Rio Grande do Sul, Brasil.

Enviar correspondência para:

Rosinha Mattos Marzol
 Av. Salgado Filho, 50
 CEP 99201-610, Rio Grande, RS, Brasil
 E-mail: rosinhamarzol@yahoo.com.br